

DIL
0080

Endereço Profissional
Travessa 14 de Março n.º 1155
Ed. URBE 14, conj. 1001
Umarizal CEP 66055-490
Belém – Pará - Brasil

fone/fax: 55 91 3212-9943
e-mail: asales@leaoesalles.adv.br

ANGELA SERRA SALES

Cargos e Funções na área jurídica Fevereiro de 2010 – Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – triênio de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2013.

Janeiro de 2007 – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Pará – triênio de 1º.janeiro.2007 a 31.dezembro.2009

Dezembro de 2004 – nomeada pelo Presidente da República para o cargo de Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Pará – mandato de 2 anos – biênio de 1º.fevereiro.2005 a 31.janeiro.2007

Janeiro de 2004 – Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Pará – triênio de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2006

Agosto de 2003 – Eleita pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará para compor lista tríplice para vaga de juiz eleitoral efetivo na classe de jurista no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, ocupando o segundo lugar

Março de 2002 – Eleita pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará para compor lista tríplice para vaga de juiz eleitoral substituto na classe de jurista no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, ocupando o primeiro lugar

Março de 2001 a dezembro 2003 – Juiz do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB/PA

Fevereiro de 2000 a dezembro 2003 – Juiz Arbitral do Conselho de Mediação e Arbitragem do Estado do Pará

Maio de 1998 – representante da OAB/PA no Grupo de Trabalho destinado à análise do procedimento de privatização das Centrais Elétricas do Pará

Janeiro de 1998 a dezembro de 2000 - Conselheira Seccional OAB/PA

Outubro de 1997 – advogada da OAB/PA junto ao Supremo Tribunal Federal para defesa de terceira vaga de desembargador pelo quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Estado do Pará – decisão favorável do STF em novembro de 1999

Agosto de 1995 a dezembro de 2004 – cedida pelo Governo do Estado do Pará para a Liderança do PMDB no Senado Federal

Janeiro de 1994 a junho de 1994 – representante do Governo do Estado do Pará junto ao Congresso Nacional e Relatoria Geral de Revisão Constitucional da Constituição de 1988

Setembro de 1991 a dezembro de 1994 - Sub-Consultora Geral do Estado do Pará

Setembro de 1991 e janeiro de 1993 – consultora jurídica

OPEL
00817

representante do Governo do Estado do Pará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Washington), para o Projeto de Macrodrrenagem da Bacia do Una em Belém-Pará

Maio a agosto de 1991 - Assessora Especial do Governador

Julho de 1986 a setembro de 1991 – Advogada da Fundação de Telecomunicações do Pará – FUTELPA

Junho de 1986 – Consultor Jurídico - cargo efetivo do quadro permanente da Consultoria Geral do Estado do Pará

Outubro de 1984 a maio de 1991 - Assessora Especializada da Consultoria Geral do Estado do Pará

Fevereiro de 1981 a outubro de 1984 - Assessora da Consultoria Geral do Estado

Fevereiro de 1980 a fevereiro de 1981 – Chefe de Gabinete da Superintendência do Sistema Penal

Formação

1980 – fevereiro - inscrição como advogada na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará

1978 – dezembro – graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará – Belém-PA

1975 – 1978 - Bacharelado em Direito na Universidade Federal do Pará - Belém-PA

1972 – 1974 - curso colegial - Colégio Moderno – Belém-PA

1970 – 1971 - 3^a e 4^a séries do curso ginasial - Colégio Moderno -Belém-PA

1968 – 1969 - 1^a e 2^a séries do curso ginasial - Colégio Santa Maria de Belém – Irmãs Dominicanas - Belém-PA

1961 – 1967 - jardim de infância a 5^a série do curso primário - Colégio Santa Maria de Belém – Irmãs Dominicanas - Belém-PA

Áreas de atuação

Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral, Tributário, Empresarial, Telecomunicações, Autoral e Responsabilidade Civil

Dados pessoais

Filiação: Egydio Machado Salles e Ivete Serra Sales

Data e local de nascimento: 28 de setembro de 1955, Belém

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: paraense

0082
2008

Estado Civil : divorciada
CPF/MF n.º 154.457.122-49
Carteira de Identidade OAB-PA n.º 2469
Domicílio: Belém - Pará
Endereço profissional: travessa Padre Eutíquio nº 1760
Batista Campos CEP 66025-230
Fone/fax (91) 3212-9943
Endereço residencial: avenida Serzedelo Corrêa n.º 1035, ap. 1002
Batista Campos CEP 66033-770
fone/fax: (91) 3212-0811

ODÉLIO
2008/2009
J. Fernandes Leão



Jéssica Fernandes Leão

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Nome Jéssica Fernandes Leão
Filiação José Rubens Barreiros de Leão e Ednair de Melo Fernandes Leão
Nascimento 17/11/1991 - Belém/PA - Brasil
Carteira de Identidade 22346 OAB - PA - 15/07/2015
CPF 771.096.512-15

Endereço residencial Av. Gov. José Malcher, 1403 apt 202
Nazaré - Belém
66060230, PA - Brasil
Telefone: 5591 32425157
Celular 5591 988641711

Endereço profissional Leão & Salles Advogados
Travessa Quatorze de Março n.1155 sala 1001
Umarizal - Belém
66055490, PA - Brasil
Telefone: 5591 32129943

Endereço eletrônico
E-mail para contato : jessicafleao@gmail.com
E-mail alternativo: jessicafleao@hotmail.com
E-mail alternativo: jessica@leaoesalles.adv.br

Formação acadêmica/titulação

- 2018 - 2020** Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação, pela Universidade do Porto/Portugal
- 2015** Especialização em Pós-Graduação em Direito Material e Processual do Trabalho.
Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belem, Brasil
- 2010 - 2014** Graduação em Direito.
Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belem, Brasil
Título: A Propaganda Eleitoral e os Meios de Comunicação em Massa
Orientador: Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski
- 2007 - 2009** Ensino Médio (2º grau).
Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré, MARISTA, Brasil
- 2002 - 2006** Ensino Fundamental (1º grau)
Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré, MARISTA, Brasil

OPEL
00085

Formação complementar

- 2014 - 2014 Extensão universitária em Capacitação em Direito Eleitoral.
Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belém, Brasil
- 2000 - 2008 Inglês. . (Carga horária: 500h).
Centro Cultural Brasil Estados Unidos, CCBEU, Belém, Brasil

Atuação profissional

1. Leão & Salles Advogados - LEÃO & SALLES

Vínculo institucional

- 2015 - Atual Vínculo: Sócia , Enquadramento funcional: Advogada , Carga horária: 40,
Regime: Dedicação exclusiva
- 2014 - 2015 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Estagiária , Carga horária: 20,
Regime: Dedicação exclusiva

2. Egydio Salles e Leão Advogados - SALLES E LEÃO

Vínculo institucional

- 2012 - 2014 Enquadramento funcional: Estagiária , Carga horária: 4, Regime: Parcial

3. Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJ/PA

Vínculo institucional

- 2013 - 2013 Vínculo: Estagiária , Enquadramento funcional: 2ª Turma Recursal do Juizado Especial Cível , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Áreas de atuação

1. Direito Civil
2. Direito do Trabalho
3. Direito Administrativo
4. Direito Constitucional
5. Direito Processual Civil
6. Direito Comercial
7. Direito Eleitoral

Idiomas

- Inglês Compreende Fluente, Fala Fluente, Escreve Fluente, Lê Fluente
- Japonês Compreende Pouco, Fala Pouco, Escreve Pouco, Lê Pouco

O D E L C
0086
L

Endereço profissional
Trav.14 de Março, nº 1.155, 10º andar
Umarizal – CEP 66055-490
Belém – Pará – Brasil

fone: 55 91 3 212-9943
e-mail: leao@leaoesalles.adv.br

JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO

Experiência

Membro fundador e Integrante do Conselho Fiscal do Instituto de Direito Eleitoral e Político do Estado do Pará - IDEPPA

Auditor-Geral do Estado do Pará – período 2020/2023

Membro e Vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA – período 2019/2023

Membro Efetivo do Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos – CONEREC/ARCON-PA – biênio 2012/2014

Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará – biênios 2007/2009 e 2010/2012

Pós Graduação Lato Sensu em Direito Civil e Processo Civil (com monografia) pela Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro-RJ - 2000

Diretor do Departamento de Administração da Procuradoria Geral do Estado – 1997/1998

Membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-PA – 1996/2003

Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Pará – 1996/2000

Subprocurador Administrativo e Patrimonial da Procuradoria Geral do Estado -1995/1997

posse no cargo de Procurador do Estado do Pará, depois de aprovado no IV Concurso Público - 1994

Inscrição no Quadro de Advogados da OAB-PA - 1990

Bacharel em Direito pela União das Escolas Superiores do Pará - UNESPa - 1990

0087
1

Condecorações

Medalha do Mérito Governador Lauro Sodré – Governo do Estado do Pará

Medalha Ordem do Mérito D. Pedro II – grau Comendador – Corpo de Bombeiros Militar do Estado

Medalha do Mérito Eleitoral do Estado do Pará – Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará

Formação Acadêmica

União das Escolas Superiores do Pará – UNESPA – Belém-PA, Bacharel em Direito – 1985/1989

Escola Estadual de 2º Grau Visconde de Souza Franco – Belém-PA, Curso de 2º Grau – 1976/1979

Instituto Nossa Senhora Auxiliadora - Cametá-PA, Curso Fundamental de 1º Grau – 1973/1975

Grupo Escolar General Osório - Cametá-PA, Curso Primário – 1967/1972

Áreas de atuação

Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral, Trabalhista, Comercial, Consumidor, Processual Civil e Responsabilidade Civil

Trabalho publicado

A Terceira Eleição Consecutiva do Chefe do Executivo: Possibilidade Revista da Procuradoria Geral do Estado do Pará, 2003

Dados Pessoais

Filiação: Manoel Agostinho Leão e Maria José Barreiros de Leão

Data e local do nascimento: 21 de maio de 1961, Cametá-PA

Naturalidade: paraense

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: casado

CIC nº: 121.178.702-87

Carteira de Identidade nº: 5962 - OAB-Pa

Endereço: Av. Gov. José Malcher, nº 1.403/202

Nazaré – CEP 66060-230

Belém – Pará – Brasil

Telefone: 55 91 3242-5157

0 DEL
0089
[Handwritten signature]

Rafaela Azevedo de Leão Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome Rafaela Azevedo de Leão
Sexo Feminino
Filiação Agostinho Barreiros de Leão e Lecilene Tavares de Azevedo
Nascimento 04/03/1989 - Cametá/PA - Brasil
Endereço Rua Santa Lúcia, 14 - São Brás - Belém/PA - CEP: 66.090-510
Telefone residencial (91) 3246-9372
Telefone comercial (91) 3212-9943
Telefone celular (91) 9181-6859
(91) 8319-0997
E-mail rafaelaazeve@gmail.com
rafaela-leao@hotmail.com

Formação Acadêmica/Titulação

07/2006 – 06/2011 Graduação em Direito
Universidade da Amazônia - UNAMA, Belém/PA - Brasil
Título: FIDELIDADE PARTIDÁRIA E PERDA DE MANDATO: um estudo acerca da propriedade do mandato eletivo no Brasil
Orientador: Profa. Ms. Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Atuação profissional

1. Leão & Salles Advogados

Vínculo institucional

04/2014 Vínculo: Advogada.

2. Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA

Vínculo institucional

12/2011 – 10/2012 Vínculo: Procuradora Autárquica (Contrato); Enquadramento funcional: Núcleo Jurídico; Carga horária semanal: 30h.

3. Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE-PA

Vínculo institucional

10/2009 – 06/2011 Vínculo: Estagiária de Nível Superior; Enquadramento funcional: Secretaria Judiciária - Seção de Controle, Autuação e Distribuição; Carga horária semanal: 20h.

4. Instituto de Terras do Pará - ITERPA

Vínculo institucional

11/2008 – 10/2009 Vínculo: Estagiária de Nível Superior; Enquadramento funcional: Subprocuradoria de Processos Administrativos; Carga horária semanal: 20h.

5. Banco da Amazônia

2
06/03
00907
2

Vínculo institucional

06/2003 – 12/2005 Vínculo: Estagiária de Nível Médio; Enquadramento funcional: Setor de Operações II; Carga horária semanal: 20h.

Qualificações

1. Inglês – Avançado 2 (Centro Cultural Brasil - Estados Unidos - CCBEU - 4 anos e meio - Cursando)
-

Participação em eventos

1. V Fórum TCE-PA e Jurisdicionados, 2012, 30h/a.
 2. Curso de Direito Eleitoral, 2010, 30h/a.
 3. Encontro Jurídico - 35 Anos do Curso de Direito na UNAMA, 2009, 150h/a.
 4. I Jornada Jurídica Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, 2008, 20h/a.
 5. III Congresso Jurídico de Salinas, 2008, 30h/a.
 6. 1º Ciclo de Palestras Jurídicas: Direito e Dever, 2008, 10h/a.
 7. III Congresso Internacional de Direito - IV Fórum Interdisciplinar, 2007, 50h/a.
 8. Semana Acadêmica de Direito, 2007, 30h/a.
-

Outras informações relevantes

1. OAB-PA nº 16.761

8091
2021

Rubens Fernandes Leão
Curriculum Vitae

Identificação

Nome: Rubens Fernandes Leão

Filiação: José Rubens Barreiros de Leão e Ednair de Melo Fernandes Leão

Nascimento: 11/09/1994 – Brasil

Lattes ID: 7692996628650410

Nome em citações bibliográficas: LEÃO, R. F.

Endereço

Endereço residencial: Avenida Governador José Malcher, 1403 – Nazaré – Belém – PA – 66060-230 – Brasil

Telefone: (91) 3242-5157

Celular: (91) 98859-1109

E-mail para contato: rubensfleao@outlook.com

E-mail alternativo: rubens@leaoesalles.adv.br

Idiomas

Inglês: Compreende Bem, Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Espanhol: Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Escreve Pouco, Lê Razoavelmente

Português: Compreende Bem, Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Formação acadêmica/titulação

2023 – Atual – Mestrando em Direito, Justiça e Desenvolvimento

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, São Paulo – SP – Brasil

2018 – 2020 – Pós-Graduação (MBA – LLM) em Direito Empresarial

Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro – Brasil

Trabalho de conclusão: O vínculo empregatício entre os agentes da “gig economy” sob a perspectiva do caso Dynamex e a sua regulação no Brasil

2013 – 2017 – Graduação em Direito

00927
arthur
2018

Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, Belém – Brasil

Trabalho de conclusão: A abertura processual no Brasil e a influência da TV Justiça nas decisões do Supremo Tribunal Federal

Orientador: Arthur Laércio Homci da Costa Silva

Conclusão do curso: 2018

Registro profissional

Inscrito na OAB/PA sob o nº 26.683

Experiência institucional e associativa

Membro da Comissão de Estratégia e Liderança para Escritórios de Advocacia da OAB-PA (2019–2022)

Membro Fundador do Instituto de Direito Eleitoral e Político do Estado do Pará – IDEPPA

Sócio - Leão & Salles Advogados (2018-)

Áreas de atuação

Contencioso

Direito Constitucional

Direito Administrativo

Direito Eleitoral

Direito Trabalhista

Direito Civil

O DÉL 0093
2017

1 - IDENTIFICAÇÃO

NOME: WAGNER LEÃO SERRÃO
DATA DE NASCIMENTO: 08 DE JULHO DE 1983
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO
ENDEREÇO: RUA BOA VENTURA DA SILVA, 180/104, BAIRRO REDUTO, BELÉM-PA, CEP: 66.053-050
FONES: (91) 3212-9943 - 98409-0519
WWW.LEAOESALLESADVOGADOS.ADV.BR
E-MAIL: wagner@leaoesalles.adv.br
OAB/PA 17.314
CNH: A/B

2 - FORMAÇÃO

- 03/2016 – PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS / PONTIFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS – PUC MINAS;
- 08/2008 - GRADUADO EM DIREITO. CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DO BRASIL – CEULS/ULBRA – SANTARÉM-PA.

3 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

• ESCRITÓRIO LEÃO E SALLES - ADVOGADOS

PERÍODO: MAIO DE 2009 ATÉ OS DIAS ATUAIS

CARGO: ADVOGADO SÓCIO

PRINCIPAIS ATIVIDADES: REPRESENTAÇÃO DE CLIENTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO, JUSTIÇA ESTADUAL, FEDERAL, JUIZADOS ESPECIAIS; REPARTIÇÕES E AUTARQUIAS PÚBLICAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS; PROPOSITURA E ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS; REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS; ELABORAÇÃO DE CONTRATOS; ASSESSORIA JURÍDICA A PREFEITURAS MUNICIPAIS; OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS À ADVOCACIA.

MILITANTE NA JUSTIÇA CRIMINAL, COM EXPERIÊNCIA EM JÚRI, INSTRUÇÃO CRIMINAL, SUSTENTAÇÃO ORAL EM TRIBUNAIS E ETC. ATUANTE NA JUSTIÇA ELEITORAL, COM FOCO NOS CRIMES ELEITORAIS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS.

• ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA E ASSESSORIA DR. TARQUINIO MOREIRA DE OLIVEIRA

CARGO: ESTAGIÁRIO

Santarém-Pa

PERÍODO: JANEIRO DE 2004 A JUNHO DE 2008

PRINCIPAIS ATIVIDADES: ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS; DILIGENCIAS EM FÓRUNS CÍVEIS E CRIMINAIS, JUSTIÇA FEDERAL, CONFECÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS; ATENDIMENTO SUPERVISIONADO A CLIENTES.

• ESTÁGIO FORENSE – SAJULBRA (SERVIÇO DE ATENTIMENTO JURÍDICO DA UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL

CARGO: ESTAGIÁRIO

Santarém-Pa

PERÍODO: FEVEREIRO A NOVEMBRO DE 2006

PRINCIPAIS ATIVIDADES: ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS; DILIGENCIAS EM FÓRUNS CÍVEIS E CRIMINAIS, JUSTIÇA FEDERAL, CONFECÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS; ATENDIMENTO A COMUNIDADE.

LOP/LC
0094


4 – QUALIFICAÇÕES E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- CONHECIMENTOS AVANÇADOS EM E-PROC, PJE, ESCRITÓRIO VIRTUAL E PROJUDI;
- CURSANDO INGLÊS – MÓDULO MÉDIO – MINDS ENGLISH SCHOOL;
- CURSO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FGV-ONLINE – 6 MÓDULOS – AGOSTO DE 2013 – 90 horas aula.
- CURSO DE BALANCED SCORECARD / ADMINISTRAÇÃO E MERCADO FGV-ONLINE - FEVEREIRO DE 2011
- CURSO DIREITO DO TRABALHO / CONTRATAÇÃO DO TRABALHADOR FGV-ONLINE - ABRIL DE 2010
- FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – HANGAR CENTRO DE CONVENÇÕES DA AMAZÔNIA JANEIRO DE 2009.
- CONHECIMENTO PRÁTICO EM WINDOWS; WORD AVANÇADO; INTERNET AVANÇADO.

BELÉM-PA, 22 DE MARÇO DE 2025.

WAGNER LEÃO SERRÃO

CPF: 743.741.922-04



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



**Inexigibilidade nº 6/2020-003PMVX
CONTRATO Nº 20200301**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU, CNPJ-MF, Nº 34.887.935/0001-53, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo Sr. MURILO FERREIRA DE SOUSA, PREFEITO MUNICIPAL, portador do CPF nº 932.018.852-15, residente na TRAV. MARTIM TIRADENTES 380, e do outro lado LEÃO & SALLLES ADVOGADOS, CNPJ 02.049.380/0001-84, com sede na TV 14 DE MARÇO Nº 1155 CONJ 1001, UMARIZAL, Belém-PA, CEP 66055-490, de agora em diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. RUBENS FERNANDES LEÃO, residente na TRAVESSA 14 DE MARÇO Nº 1155, 10º ANDAR, UMARIZAL, Belém-PA, CEP 66055-490, portador do CPF 771.096.272-68, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 - Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados em assessoria e consultoria jurídica à Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, notadamente no âmbito dos Tribunais de Contas dos Municípios, Estado e União, sem prejuízo da realização de atividades jurídico-administrativas e jurisdicionais.

ITEM	DESCRICAÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
031615	Prestação de serviços técnicos profissionais especializados	MÊS	2,50	30.000,00	75.000,00
prestação de serviços técnicos profissionais especializados em assessoria e consultoria jurídica à Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, notadamente no âmbito dos Tribunais de Contas dos Municípios, Estado e União, sem prejuízo da realização de atividades jurídico-administrativas e jurisdicionais.					VALOR GLOBAL R\$ 75.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso III da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas neste termo contratual;
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução dos serviços;

CNPJ: 34.887.935/0001-53

AV: MANOEL FELIX DE FARIAS, Nº 174 – CENTRO – VITÓRIA DO XINGU – FONE: (93)3521-1479



**ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**



3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na assinatura deste Contrato.

3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;

3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará em 26 de Outubro de 2020 extinguindo-se em 31 de Dezembro de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



**ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**



- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

7.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE

8.1 - O valor total da presente avença é de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a ser pago no prazo de até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

Parágrafo Único - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação orçamentária Exercício 2020 Atividade 1004.041220005.2.006 Manutenção e Modernização da Secretaria de Administração, Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de consultoria, Subelemento 3.3.90.35.01, no valor de R\$ 75.000,00, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CNPJ: 34.887.935/0001-53

AV: MANOEL FELIX DE FARIAS, N° 174 – CENTRO – VITÓRIA DO XINGU – FONE: (93)3521-1479



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de VITÓRIA DO XINGU, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

VITÓRIA DO XINGU-PA, 26 de Outubro de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ(MF) 34.887.935/0001-53
CONTRATANTE

LEAO E SALLES
ADVOGADOS:020493800
00184

Assinado de forma digital por
LEAO E SALLES
ADVOGADOS:02049380000184

LEÃO & SALLES ADVOGADOS
CNPJ 02.049.380/0001-84
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TUCURUÍ
PODER LEGISLATIVO

CARTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 004/2016

CARTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI FAZ, A EMPRESA LEÃO E SALLES
ADVOGADOS ASSOCIADOS E A CÂMARA
MUNICIPAL DE TUCURUÍ-PA.

Pelo presente instrumento, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUÍ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 05.845.664/0001-75, com sede a Praça Jarbas Passarinho, nº 116, Tucuruí – Pará, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato, pelo seu presidente, Sr. **DAIVYSON FURTADO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3312723 – SSP/PA e no Cadastro de Pessoa Física sob o nº. 521.274.352-49, residente e domiciliado nesta cidade, Tucuruí-PA, e, de outro lado, a empresa **LEÃO E SALLES Advogados Associados**, pessoa jurídica de direito privado, inserido no CNPJ nº 02.049.380/0001-84 com sede e domicílio à Trav. 14 de Março, nº 1.155, Bairro do Umarizal, Belém – Pará, CEP: 66.055-490, simplesmente denominado **CONTRATADA**, representada, neste ato, pelo seu sócio/administrador, Sr. **JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB PA sob o nº 5.962, e no CPF 121.178.702-87, residente e domiciliado a Avenida Gov. José Malcher, nº 1.403/202, Nazaré, CEP 66.060-230, Belém – Pará, têm junto e **convencionado**, com supedâneo no art. 25, II, §1º da lei 8.666/93, o que melhor se declara nas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** pela **CONTRATADA** junto a **CONTRATANTE**, para prestação de serviços técnicos especializados, relativos a assessoramento e consultoria jurídica na área de Direito Administrativo, Constitucional, Licitações e Contratos

00000
01000
00000



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TUCURUÍ
PODER LEGISLATIVO

Administrativos, assim como na defesa dos interesses desta Casa Legislativa junto a órgãos externos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços aqui convencionados será realizada no Município de Tucurui/PA, e no Município de Belém-PA ou ainda em qualquer localidade do país, ressalvada as seguintes condições:

- a) As despesas de locomoção, alimentação e estada do CONTRATADO fora Comarca de Belém, correrão por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O período de vigência da presente contratação será de 11 (onze) meses, contados a partir da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por igual e sucessível período, com fulcro no art. 57, inciso II da lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

As despesas com a execução dos serviços de que trata este Contrato correrão a cargo da dotação orçamentária, a saber:

10 - CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUI
01.122.0002.2.2003 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVO
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

O preço certo e ajustado do presente Contrato, para execução do objeto é de R\$ 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais), a serem pagas em (11) onze parcelas mensais.

06/01/2012



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TUCURUÍ
PODER LEGISLATIVO

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos preços contratuais, estão incluídos, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, todos os custo decorrentes de impostos e taxas de qualquer natureza, que direta e indiretamente incidam no cumprimento da presente Carta Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviços, ou antes, se for da conveniência da CONTRATANTE, desde que já tenha ultrapassado pelo menos 15 (quinze) dias da prestação de serviços, mediante a apresentação de nota fiscal de serviços emitida pela CONTRATADA, devidamente atestado unidade recebedora dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para execução dos serviços deste Contrato, a CONTRATADA se obriga:

- a) Executar fielmente o objeto deste Contrato conforme as especificações, metas e prazos estipulados;
- b) Informar a CONTRATANTE tudo o que este solicitado no tocante ao objeto do presente Contrato;
- c) Aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado nos limites estabelecidos no §1º do art. 65 da lei 8.666/93;
- d) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA, garantida a prévia defesa:

01027
2015



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TUCURUÍ
PODER LEGISLATIVO

-
- a) Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso injustificado pela não execução dos serviços objeto deste Contrato, até o limite de 2% (dois por centos);
 - b) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da lei 8.666/93, juntamente com a multa de 2% (dois por cento), sobre o valor deste Contrato, pelo não cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo consentimento das partes, ou unilateralmente pela CONTRATANTE, mediante notificação à CONTRATADA.

Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVI do art. 78 da lei nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes de comum acordo elegem o foro de Tucuruí/PA, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e convencionados, firma o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Tucuruí/PA, 21 de janeiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUÍ
DAIVYSON FURTADO DA SILVA
VEREADOR PRESIDENTE
CONTRATANTE

0103
LE



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TUCURUÍ
PODER LEGISLATIVO

LEÃO E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS.

JOSÉ RUNENS BARREIROS DE LEÃO
ADVOGADO

Testemunhas:

0104
2014

- 1 -

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°.....: 20140357

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE N° 004/2014-IN/PMU

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANOPOLIS

CONTRATADA(O)....: LEAO E SALLLES ADVOGADOS ASSOCIADOS

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ADVOCACIA, COM ASSESSORAMENTO CONSULTORIA E PROCURATÓRIO JUDICIAL NO CAMPO DO DIREITO PÚBLICO, EM ESPECIAL NOS RAMOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL, MUNICIPAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E AMBIENTAL, EM QUESTÕES DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE ULIANOPOLIS.

VALOR TOTAL.....: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2014 Atividade 1401.041220037.2.006 Funcionamento da Consultoria Jurídica , Classificação econômica 3.3 90.35.00 Serviços de Consultoria, Subelemento 3.3 90.35.99, no valor de R\$ 30.000,00

VIGÊNCIA.....: 15 de Outubro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014

DATA DA ASSINATURA.....: 15 de Outubro de 2014

0105
0105

Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Ulianópolis
AV. PARA 651 - CAM DAS ARVORES - CEP: 68631-000
C.N.P.J.: 83.334.672/0001-60

ORDEM DE SERVIÇO N° 201403189

A
EXCELENTÍSSIMOS ADVOGADOS ASSOCIADOS
RUA JESUS RODRIGUES, 1151, CONJUNTO 1001
CAJARZAU - BELEM/PA

Exercício administrativo. Contratação direta na modalidade inexigibilidade nº 004/2014-INPMU

Objetivo(s) Sétimo(s)

Assim, e com autorização no certame do processo acima citado, realizado no dia 15/10/2014, em penho nº 15100003, autorizamos o fornecimento de(s) serviço(s), conforme consignado na ata dos trabalhos e na proposta comercial, conforme a seguir:

Descrição	Marca	Quant./Unidade	Vlr unitário R\$	Vlr total R\$
01.05.01.0001-AF DE ADVOCACIA, COM ASSESSORAMENTO, CONSULTORIA E PROCURATÓRIO JUDICIAL		1.000	10.000,00	10.000,00
Total R\$:				10.000,00

ENTREGA DA CARGA DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

O(s) serviço(s) deverá(ão) ser(em) realizado(s) igualmente como consta na Proposta Comercial oferecida no Processo de compra(Contratação) nº 004/2014-INPMU, indicando a especificação completa do(s) serviço(s).

A entrega deverá ser feita em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS situada na AV. PARA 651 CAM DAS ARVORES, CEP: 68631-000, sob o nº 83.334.672/0001-60.

É importante salientar que o preço proposto é fixo e irrecusável, ficando por conta do fornecedor todos os impostos, taxas, fretes, contracargos e demais encargos que incidam sobre os mesmos, inclusive, se for o caso, fica facultado a apresentação de seguro do(s) serviço(s) em caso de perdas, à critério do contratado, ficando sob sua expensas.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento acima será realizado mediante as comprovações das mesmas regularidades exigidas para habilitação da empresa no dia da contratação, na forma direta.

LOCAL DE ENTREGA

As mercadorias devem ser perfeitas e em condições de pleno uso imediato, impondo-lhe sanções previstas na lei nº 8.005/1993 -Lei de Defesa do Consumidor, as aferições.



Contrato nº 29/2016 – CDP x Leão & Salles – Processo CDP nº 2353/2016

CONTRATO N° 29/2016

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA QUE ENTRE
SI CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO PA-
RÁ - CDP E LEÃO E SALLES ADVOGADOS
ASSOCIADOS, NA FORMA ABAIXO:**

A COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), socie-
dade de economia mista federal, com sede nesta cidade de Belém, Capital do Estado do
Pará, à Av. Presidente Vargas, nº. 41, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.933.552/0001-03,
doravante denominada **CONTRATANTE** ou **CDP**, neste ato representada por sua Diretor
Presidente em exercício **Marcos Rodrigues de Matos**, brasileiro, casado, contador, portador
da CNH nº. 00731692400 DETRAN /PA, inscrito no CPF sob o nº 318.353.502-59, e por
seu Diretor Administrativo Financeiro **Raimundo Rodrigues do Espírito Santo Júnior**,
brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade nº. 3182093
3ª Via PC/PA e do CPF nº. 616.524.742-34, ambos residentes e domiciliados na cidade
de Belém-Pará, e a Sociedade de Advogados **LEÃO E SALLES ADVOGADOS ASSOCIA-
DOS**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na Travessa 14 de Março, Conjun-
to 1001, n.º 1155, Umarizal, Belém-PA, CEP 66055-490, firma regularmente inscrita no
CNPJ/MF sob o nº. 02.049.380/0001-84 na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pa-
rá, sob o nº. 119 /1997, representada neste ato por seus sócios **Angela Serra Sales**, brasi-
leira, divorciada, advogada, portadora da OAB/PA nº. 2469, residente e domiciliada nesta
cidade e **José Rubens Barreiros de Leão**, brasileiro, casado, advogado, portador da
OAB/PA nº5962, residente e domiciliado nesta cidade, tendo em vista o Processo CDP
2353/2016, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia,
com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, bem como pela Lei 8.906/94 e,
ainda, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – Constitui objeto do presente Contrato a prestação,
pela Contratada, de serviços profissionais de advocacia preventiva e contenciosa nas áreas
cível, administrativa, ambiental, comercial e tributária com atuação em defesa dos interes-

CDP
0107



Contrato nº 29/2016 – CDP x Leão & Salles – Processo CDP nº 2353/2016

ses da contratante em qualquer Juízo, Instância, Foro ou Tribunal, de conformidade com as condições estabelecidas na especificação técnica que, rubricado pelas partes, passa a integrar e complementar este instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excluídos procedimentos de natureza penal e outras não previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO – Pela prestação dos serviços mencionados na cláusula anterior, a CDP pagará à Contratada o valor mensal e irreajustável de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês ou fração, totalizando este contrato a importância de R\$-120.000,00 (cento e vinte mil reais), considerando o prazo previsto no *caput* da Cláusula Quinta.

PARÁGRAFO ÚNICO – O pagamento mensal será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços mediante a comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e INSS) correspondentes ao mês da última competência vencida, a apresentação da documentação de cobrança pertinente, e da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, assim como prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA –
São obrigações e responsabilidades da Contratada, além de outras previstas neste contrato:

- a) Manter durante toda a execução do ajuste as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Contratante na licitação que originou este contrato;
- b) Articular-se com o anterior prestador dos serviços objetivando a transferência dos processos em curso de forma a não haver solução de continuidade;
- c) Assumir integral responsabilidade pelo cumprimento das cláusulas e condições deste contrato, assim como pela execução plena e satisfatória dos serviços pactuados, utilizando-se de todos os recursos admissíveis em direito na defesa dos interesses da CDP;
- d) Não divulgar nem fornecer a terceiros dados ou informações referentes aos serviços executados para a CDP, salvo se expressamente autorizado por esta;
- e) Solicitar à CDP, em tempo hábil, e por escrito, as providências que dependam de sua atuação, relativas aos processos em curso;
- f) Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos incidentes sobre o objeto

Contrato nº 29/2016 – CDP x Leão & Salles – Processo CDP nº 2353/2016

do presente contrato;

- g) Empregar o necessário zelo, celeridade e exação no trato de qualquer interesse da CDP sob seus cuidados profissionais;
 - h) Apresentar relatório mensal do andamento dos processos entregues ao seu patrocínio, acompanhado de cópias de todas as peças acostadas aos autos pelas partes;
 - i) No relatório mensal, apresentado, preferencialmente, sob a forma de planilha, deverão constar as seguintes informações: nome do autor, nº. do processo, data de propositura da ação, nº. da Vara/Cartório, fase jurídica, valor do pedido, valor da condenação, valor de custas e total de depósito recursal, valor bloqueado, possibilidade de êxito pela CDP e último andamento;
 - j) Responder por eventuais danos causados à CDP por ação ou omissão no exercício das atividades objeto deste contrato;
 - k) Fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pela CDP, todas as informações relativas aos processos sob o seu patrocínio;
 - l) Arcar com todos os custos relacionados com o pessoal necessário à perfeita execução dos serviços, inclusive com os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e quaisquer outros não relacionados neste instrumento;
 - m) Caso haja impedimento de ordem legal por parte dos advogados da equipe técnica para patrocínio e defesa das ações da CDP, deverá o escritório contratado dispor de outro escritório para substitui-lo, após aprovação da Contratante, devendo arcar com os honorários advocatícios respectivos;
 - n) Fornecer todo e qualquer material necessário à execução dos serviços contratados;
 - o) Solicitar por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, os recursos financeiros necessários ao pagamento de taxas e custas judiciais relativas aos processos sob o seu patrocínio.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CDP – A CDP proporcionará à Contratada as facilidades para o fiel desempenho dos mandatos que lhe forem outorgados, sendo de sua integral responsabilidade:

- a) Arcar com o pagamento de custas judiciais, depósitos recursais e gastos provenientes de serviços cartorários.

0109
CDP

Contrato nº 29/2016 – CDP x Leão & Salles – Processo CDP nº 2353/2016

- b) Custear eventuais despesas com viagens, desde que prévia e expressamente autorizadas pela CDP.
- c) Efetuar o pagamento mensal dos serviços, bem como o ressarcimento por despesas efetivamente realizadas, e certificadas pela Gerência de Assuntos Jurídicos da CDP, observadas as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO – O presente contrato terá vigência a contar data da assinatura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese do certame licitatório, Concorrência Técnica e Preço que trata da contratação de serviços jurídicos, inclusive objeto da presente contratação, ser homologada antes do prazo referido no *caput* da presente cláusula, será celebrado Termo Aditivo de Rescisão Contratual.

CLÁUSULA SEXTA– RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos próprios da CDP com a seguinte classificação: Categoria Econômica 240.000 – Dispêndio Corrente – Recursos Próprios; Rubrica Orçamentária 243.000 – Serviços de Terceiros – Conta 243.100; Prestação de Serviços Técnicos, Administrativos e Operacionais.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES – A infringência de qualquer disposição deste contrato que não seja determinante de rescisão sujeitará a Contratada, garantido o contraditório e a ampla defesa, às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo a multa incidente da ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica estabelecido que quaisquer importâncias eventualmente devidas pela Contratada à CDP serão cobradas judicialmente, quando esgotada a via administrativa, servindo o presente contrato de instrumento hábil à referida cobrança.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO – A CDP poderá rescindir unilateralmente o presente contrato na ocorrência das situações previstas no artigo 78, da Lei nº. 8.666/93, observado o disposto no art. 79 do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso da rescisão ocorrer em consequência de ato ou omissão de responsabilidade da Contratada, sujeitar-se-á esta, a juízo da CDP, às sanções previstas nos Incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, compulsória e concomitantemente, multa moratória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da contratação.





0110
2016-07-19

Contrato nº 29/2016 – CDP x Leão & Salles – Processo CDP nº 2353/2016

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Se a CDP julgar conveniente rescindir o presente contrato, não havendo a Contratada dado causa à rescisão, poderá fazê-lo mediante comunicação escrita, pagando os serviços efetivamente executados até a data da rescisão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O presente contrato poderá também ser rescindido por acordo entre as partes, formalizado através de instrumento próprio, por razões de interesse público de alta relevância ou pela ocorrência de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA NONA – PUBLICAÇÃO – Para sua eficácia extrato deste contrato será publicado pela CDP no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO – É competente o foro da Comarca de Belém no Estado do Pará para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – DISPOSIÇÃO FINAL – Nenhum vínculo empregaticio é estabelecido entre a CDP e quaisquer dos integrantes da Sociedade de Advogados Contratada.

E, por estarem de acordo assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo subscritas, para que produza os efeitos de direito.

Belém, 19 de julho de 2016.

Marcos Rodrigues de Matos
CPF nº 318.353.502-59
Diretor Presidente em exercício - CDP

Raimundo R do Espírito Santo Júnior
CPF nº 616.524.742-34
Diretor Administrativo Financeiro - CDP

Angela Serra Sales
OAB/PA nº. 2469
Sócio - CONTRATADA

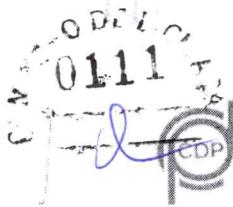
José Rubens Barreiros de Leão
OAB/PA nº 5962
Sócio - CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-
Ilda Maria Olinda
CPF nº 486.783.666-72

2-
Renato Favoncius Vila
CPF nº 067.379.120-34

VISTO
JER
GERJUR



CDP
COMPARHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTE, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



TERMO ADITIVO N°. 01 AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 18/2017, QUE
ENTRE SI FAZEM A **COMPANHIA DOCAS DO
PARÁ (CDP)** E **LEÃO & SALLES ADVOGADOS
ASSOCIADOS**, COMO ABAIXO MELHOR SE
DECLARA:

A **COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – CDP**,

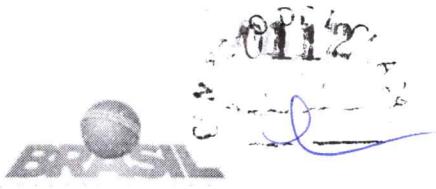
sociedade de economia mista federal, com sede nesta cidade de Belém- PA., na Av. Presidente Vargas, 41, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.933.552/0001-03, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por sua Diretora Presidente em exercício **Maria Helena Moscoso da Silva**, brasileira, solteira, administradora, portadora da Carteira de Identidade n.º 4222143 SSP/PA e do CPF/MF n.º 625.715.088-49, e por seu Diretor Administrativo Financeiro **Raimundo Rodrigues do Espírito Santo Júnior**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade n.º 3182093 3ª Via PC/PA e do CPF nº. 616.524.742-34, ambos residentes e domiciliados na cidade de Belém-Pará., e a Sociedade de Advogados **LEÃO E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, doravante denominada CONTRATADA, com sede na Travessa 14 de Março, Conjunto 1001, n.º 1155, Umarizal, Belém-PA, CEP 66055-490, firma regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.049.380/0001-84 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará, sob o n.º 119 /1997, representada neste ato por seus sócios **Angela Serra Sales**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da OAB/PA nº. 2469, e **José Rubens Barreiros de Leão**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/PA nº.5962, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, tendo em vista o Processo CDP 89/2018, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia nº. 18/2017, com fundamento no inciso II, alínea "e" do art. 30 da Lei 13.303/2016, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA – Fica prorrogado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias o prazo de vigência do contrato ora aditado.



COMPANHIA DOCAS DO PARA
Autoridade Portuária

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIACAO CIVIL



CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Fica mantido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) o preço mensal dos serviços, e o valor global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) o preço total do período referido na Cláusula precedente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta de Recursos Próprios da Contratante, com a seguinte classificação orçamentária: Categoria Econômica – 240.000 – Dispêndio Corrente – Recursos Próprios; Rubrica Orçamentária – 243.000 – Serviços de Terceiros; Conta – 243.100 – Prestação de Serviços Técnicos Administrativos e Operacionais.

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem vigorando integralmente todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato primitivo que não tenham sido alteradas por este Termo Aditivo nº 01.

CLÁUSULA QUINTA – Para sua eficácia, extrato deste Termo Aditivo será publicado pela CDP no Diário Oficial da União.

E por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos de direito.

Belém(PA), 15 de janeiro de 2018.

MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA
CPF/MF nº 625.715.088-49
Diretora Presidente em exercício - CDP

RAIMUNDO R. DO ESPÍRITO S. JR
CPF nº. 616.524.742-34
Diretor Administrativo Financeiro - CDP

ANGELA SERRA SALES
OAB/PA nº. 2469
Sócia - CONTRATADA

José Rubens Barreiros de Leão
OAB/PA 5962
Sócio - CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1 - Ronaline Amancio dos Santos
CPF nº. 352.366.12-72
- 2 - Bruno Dimiz uocade
CPF nº. 019.954.782-37



CDP
01137
COMPARHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



GERÊNCIA JURÍDICA – GEJURI

Termo de Aditivo n.º 02 ao Contrato n.º 18/2017 – CDP x Leão & Salles – Processo CDP n.º 1738/2018

TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO N.º 18/2017, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CELEBRADO ENTRE COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP) E LEÃO & SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

A COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), sociedade de economia mista federal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.933.552/0001-03, com sede nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, à Av. Presidente Vargas, n.º 41, Centro, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por seu **Diretor Presidente em exercício Raimundo Rodrigues do Espírito Santo Júnior**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade n.º 3182093 (3^a via) SSP/PA e do CPF/MF n.º 616.524.742-34 e por sua **Diretora de Gestão Portuária Maria Helena Moscoso da Silva**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade de n.º 4222143 SSP/SP e do CPF n.º 625.715.088-49, e a Sociedade de Advogados **LEÃO E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na Travessa 14 de março, conjunto 1001, n.º 1155, Umarizal, Belém-PA, CEP 66055-490, firma regulamentada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.049.380/0001-84 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará, sob o n.º 119/1997, representada neste ato por seus sócios **Angela Serra Sales**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da OAB/PA n.º 2469, e **José Rubens Barreiros de Leão**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/PA n.º 5962, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, tendo em vista o Processo CDP n.º 1738/2018, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia n.º 18/2017, com fundamento no art.30, inciso II, alínea “e” da Lei Federal nº 13.303/2016, 09/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Vigência – Fica prorrogado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias o prazo de vigência do contrato ora aditado.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor – Fica mantido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) reais o preço mensal dos serviços, e o valor global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) o preço total do período referido na Cláusula precedente.



0114
GEJURI

GERÊNCIA JURÍDICA - GEJURI

Termo de Aditivo n.º 03 ao Contrato n.º 18/2017 – CDP x Leão & Salles – Processo CDP n.º 75/2019

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor- Fica mantido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) reais o preço mensal dos serviços, e o valor global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) o preço total do período referido na Cláusula precedente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste termo Aditivo ocorrerão à conta de Recursos Próprios da Contratante, com seguinte classificação orçamentária: Categoria Econômica – 4.200.000.000 – Saídas Correntes; Rubrica Orçamentária – 4.205.000.000 – Serviços de Terceiros – Pagamento de Despesas com Prestação de Serviços de Pessoa Física ou Jurídica;

CLÁUSULA TERCEIRA – Para sua eficácia, extrato deste termo aditivo deverá ser publicado, pela CDP, no Diário Oficial da União (D.O.U), conforme reza o parágrafo único do art. 61 da Lei de Licitações e Contratos.

E, assim, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas subscritas, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Belém(PA), 10 de janeiro de 2019.

Maria Helena Moscoso da Silva
CPF n.º 625.715.088-49
Diretora Presidente Interina - CDP

Raimundo R do Espírito Santo Júnior
CPF n.º 616.524.742-34
Diretor Administrativo Financeiro – CDP

ANGELA SERRA SALES
OAB/PA N.º 2469
Sócia - Contratada

JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO
OAB/PA N.º 5962
Sócio - Contratada

TESTEMUNHAS:

1 -
48978304272
CPF n.º

2 - _____

CPF n.º 067.914.172-34

VISTO
GEJURI

DEPARTAMENTO NACIONAL
DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

Cessão de direito real de uso gratuito de bem imóvel. PROCESSO 506000 SEI/004961/2017-59. CEDENTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.892.707/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor de Infraestrutura Ferroviária, CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENÍZ, portador da cédula de identidade nº 30511, expedida pela SSP/TO, e inscrito no CPF nº 846.475.311-04, CESSARIONA, FUNDAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL DE BETIM - FUNARBE, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.730.826/0001-50, representada pelo seu Presidente, o Sr. EDUARDO LUCIO ASIMOS BRAGA, portador da identidade nº MG-9311229 e CPF nº 065.556.776-35. ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso Gratuito de Bem Imóvel nº 19/2017/DNIT/DNIT. OBJETO: Por este instrumento, o cedente outorga o direito real de uso gratuito do imóvel denominado Estação Ferroviária de Betim (NBP 2262352), localizado no município de Betim/MG, pertencente ao Fundamento Legal. O presente contrato fundamenta-se no Artigo 8º, inciso I a IV, da Lei nº 11.483, de 31/05/2007, com as alterações promovidas pela Lei nº 11.772, 17/09/2009, no art. 82, inciso XVII, da Lei nº 10.233, de 05/06/2001, constante aprovado pela Diretoria Colegiada do DNIT, e de acordo com o Termo de Conciliação nº TCAF-CGU-AGU-016/2011-MIC, firmado no bojo do PROCESSO 506000 SEI/004961/2017-59. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 20 (vinte) anos, desde que mantido o objeto deste Termo. EFICÁCIA: Este Termo tem vigência e sua eficácia a partir da data da sua publicação no extrato no Diário Oficial da União. Data da Assinatura 18/07/2017.

ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS
DO NORDESTE

EXTRATO DE CONTRATO N° 439/2017 UASG 390073

Processo: 509140003/2017-91 PREGÃO SISSP N° 13/2017. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 01943200000140 Contratado: PACHECO E OLIVEIRA LTDA - EPP - Objeto: Contratação de serviços de Engenharia visando a desobstrução da leito e conservação das margens nas Hidrovias durante a primavera e grama, objetivando possibilitar as condições mínimas de navegabilidade, numa extensão total de 384,5 Km, nos Municípios de Boim Jardim, São João do Caru, Arari, Vila do Meirão, Lago Açu, São Mateus, Lago Verde, Bacabal e São Luis Gonzaga no Estado do Maranhão. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e alterações. Vigência: 08/07/2017 a 05/11/2017. Valor Total: R\$479.974,34. Fónte: 160000000 - 2017NE000047. Data de Assinatura: 05/07/2017.

(SICON - 20/07/2017) 390073-39252-2017NE000047

EXTRATO DE CONTRATO N° 440/2017 UASG 390073

Processo: 50014000639/2017-67 PREGÃO SISSP N° 14/2017. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 02226149000119 Contratado: V M MANUTENÇÃO INDUSTRIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP - Objeto: Execução de serviços de engenharia visando a desobstrução (através de deslocamentos) de canais navegáveis bloqueados por vegetação de margens na Hidrovia do Paraguaçu, região do Delta, numa extensão de 141,5 Km nos municípios de Aranhas, Águas Doce do Maranhão, Tutóia e Ilha Grande, nos Estados do Maranhão e Pará. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e alterações. Vigência: 08/07/2017 a 06/09/2017. Valor Total: R\$24.487,86. Fónte: 160000000 - 2017NE000058. Data de Assinatura: 05/07/2017.

(SICON - 20/07/2017) 390073-39252-2017NE000058

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO N° 212/2017

Comunicamos a suspensão da licitação apresentada, publicada no DOU em 12/06/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação, por meio de Pregão Eletrônico, da Empresa ou Consórcio de Empresas para a Execução de Serviços Técnicos de Apoio ao Processamento de Infrações e Dados Estatísticos de Engenharia de Tráfego para atender as necessidades da Coordenação Geral de Operações Rodoviárias CGERT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

WENDIA SALES AMARAL

Projetos/098

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/transparencia.html>, pelo código 90012017072100125.

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECIE: Contrato nº 18/2017. CONTRATANTE: Companhia Docas do Para - CDP. CONTRATADA: LEÃO E SALLES AVOGADOS ASSOCIADOS. OBJETO: Serviço profissional de advocacia preventiva e contenciosa nas áreas civil, administrativa, ambiental, comercial e tributária com atuação em defesa dos interesses da contratante em qualquer Juiz, Justiça ou Tribunal, PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 30, B, alínea "c" da Lei nº 13.303/2016 e art. 4º-A da Lei nº 6.019/1974; VALOR GLOBAL: R\$ 120.000,00. DATA DA ASSINATURA: 19/07/2017. SIGNATÁRIOS: Raimundo Rodrigues do Espírito Santo, Júnior e Maria Helena Moreira da Silva, respectivamente Diretor Presidente em exercício e Diretora de Gestão Portuária da CDP e Angela Serra Sales e José Rubens Batereos de Lédo, Sócio de Contratada.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE
DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ

CNPJ nº 34.049.345/0001-52

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 216/07/10º Termo Aditivo ao Contrato 15/2012. Contratante: Administração do Porto de Maceió-APM; Contratada: Azurina Consultoria em Informática Ltda. Objeto: Reajuste de preço, Válio mensal: R\$ 10.215,56, retroativo a junho/2017, sendo devida uma diferença no valor de R\$ 5.107,36, referente aos meses de junho a maio/2017. Data da Assinatura: 12/07/2017. Signatários: Srs. Nilson Tadeu Lira Neto - Contratante e Daniel Tenório dos Santos - Contratada.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(SINDEC - 20/07/2017) 383003-39252-2017NE000036



0116

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
**RESULTADO DE Julgamento
TOMADA DE PREÇOS N° 13/2017**

A Comissão Julgadora do procedimento referenciado torna público o resultado do julgamento da proposta de preço, considerando classificada a proposta de preço apresentada pela empresa SANEAR CONSULTORIA, GERENCIAMENTO E SISTOS S/S LTDA - EPP, CNPJ nº 04.459.876/0001-90, quando declarada vencedora, com proposta no valor global de R\$ 5.797,00 reais e, inquérito e um mês subsequentes e noventa e seis reais e seis centavos. Fica alterado o prazo recursal, conforme estabelecido no Edital. Na forma da Lei os autos do Processo encerram-se com a dispensa das intimações.

Salvador, 19 de janeiro de 2018
TATIANA RODRIGUES
Presidente da Comissão

AVISO DE RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 15/2017

No aviso de resultado de habilitação publicado no Diário Oficial da União - DOU n° 15, de 22/12/2018, Seção 3, página 108, onde se lê "CONCORRÊNCIA n° 15/2017", leia-se "TOMADA DE PREÇOS n° 15/2017".

Salvador, 32 de janeiro de 2018
TATIANA RODRIGUES SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

ESPECIE: Termo de Autorização de Uso nº 30/2017 - CDC - Companhia Docas do Ceará - AUTORIZADORA CELSO LUIZ AIRES BARREIRA - ME. RESUMO DO OBJETO: Autorização de Uso de uma área total de 5.553m², já incluído montagem, retração e desmontagem, do terminal Marinho de Passageiros da CDC, localizado na Praia Mansa, para o uso exclusivo e ininterrupto do evento privado denominado "FLORES 2017 - FUNDAMENTO". No Processo nº 201717999, Portaria SEP nº 409/2014 na forma aprovada através da Resolução DIREX nº 78/2014 e sua Resolução DIREX nº 12/2017, de 13/12/2017, VALOR: R\$ 10.000,00 PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 dia(s) a 25/12/2017. DATA DE ASSINATURA: 24/12/2017.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
EXTRATO DE CONTRATO DIPRE N° 6/2018

Processo nº 47141-745 - Pregão Eletrônico nº 88/2017, Explic. Contrato DIPRE/06/2018, datado de 22/01/2018, celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e QUASAR CO MÉRITO DE PROJETOS ELETRÔNICOS LTDA - ME. Objeto: Aquisição de 06 (seis) câmeras fotográficas digitais com carregador e suporte para uso em fiscalização de embarcações, valor: R\$ 16.100,00 (dezessete mil e seiscentas reais). Subscritor: PDG da CODESP. Signatários: Sr. José Alvaro Barreto de Oliveira e Carlos Henrique de Oliveira Poco. Diretor-Presidente e Diretor de Operações Logísticas, respectivamente, da CODESP e o Sr. Adelio Oliveira Borges de Sousa, Sócio da Contratada.

COMPANHIA DOCAS DO PARA
EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

ESPECIE: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 14/2017, CONTRATANTE: Companhia Docas do Pará - CDP, CONTRATADA: LEÃO E SALLAS ADVOGADOS ASSOCIADOS - OFICINA. Prazo de execução do contrato: 180 (cento e oitenta) dias. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 39, II, alínea "c" da Lei nº 13.303/2016, DATA DA ASSINATURA: 15/01/2018. SIGNATÁRIOS: Maria Helena Moreira da Silva e Raimundo Rodrigues do Espírito Santo Júnior, respectivamente Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro da CDP e Fabio Prado Bacha e Sérgio Chaves Paiva, Representantes Legais da Contratada.

ESPECIE: Termo Aditivo nº 03 ao Contrato nº 39/2014, CONTRATANTE: Companhia Docas do Pará - CDP, CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A. OBJETO: Pregão eletrônico de Preço por 12 (doze) meses. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, DATA DA ASSINATURA: 20/12/2017. SIGNATÁRIOS: Parcial de Jesus Pontes e Raimundo Rodrigues do Espírito Santo Júnior, respectivamente Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro da CDP e Fabio Prado Bacha e Sérgio Chaves Paiva, Representantes Legais da Contratada.

ESPECIE: Termo Aditivo nº 04 ao Contrato nº 34/2013, CONTRATANTE: Companhia Docas do Pará - CDP, CONTRATADA: NO PRAGAS CONTROLE AMBIENTAL LTDA - EPP. OBJETO: Pregão eletrônico de preços por 12 (doze) meses. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 39, II, § 2º, art. 4º, I, Línea 1 da Lei nº 8.666/93, DATA DA ASSINATURA: 06/12/2017. SIGNATÁRIOS: Parcial de Jesus Pontes e Raimundo Rodrigues do Espírito Santo Júnior, respec-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/licitacao.html>, pelo código 60032618012300144.

pectivamente Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro da CDP e Jonas Rodrigues de Mesquita, Representante Legal da Contratada.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ESPECIE: Notificação. A 10 de Outubro Construções e Serviços Ltda - Rel. Comunicação Interna CDP/SUSMIR nº 39/2017 - Contrato nº 08/2013. Vizinhos por meio dessa NOTIFICAÇÃO a empresa B.D. DE OUTUBRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S/S LTDA, com sede a Estrada da Província, nº 15 - Galpão 2, Conj. Unidade Nossa B, Coqueiros, CEP: 67.130-670, Aquidauana/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 83.518.865/0001-28, no posse do representante legal, Paulo Francisco Pacheco Quarama, inscrito no CPF nº 264.829.102-08, para que sejam procedidos os reparos no objeto do Contrato CDP nº 08/2013, na forma do art. 69 da Lei nº 8.666/93. Fica a referida empresa notificada a comparecer na sede da Companhia Docas do Pará para realizar vistoria e analise da obra no prazo de 10 dias, a partir desta publicação, e executar os reparos necessários em até 45 dias após a vistoria. Caso não haja manifestação no prazo assinalado serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

Belém/PA, 22 de janeiro de 2018
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Dirigente Presidente - CDP

AVISO DE CONCORRÊNCIA N° 13/2016-CDFP

ESPECIE: Modalidade: Concorrência nº 13/2016-CDFP
Objeto: Contratação de Empresa para realizar os Serviços de impermeabilização da cobertura e reforma de telhado da 2ª pavimentação Edifício São da COMPANHIA DOCAS DO PARA, mediante o regime empreitada por PREÇO GLOBAL, processo CDP nº 155/2017.

A Comissão Permanente de Licitação da CDP/PA, por meio da sua presidente, convoca para o dia 26 de janeiro de 2018, às 09h, as empresas habilitadas TRANSPIPE LTDA-ME, MDM PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, STYLUS CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS EIRELI, PINHÓA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME, OASIS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-EPP, EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES CIVIS E SERVIÇOS LTDA-EPP, NORTE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA-ME, 4MS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-ME, ECO ENGENHARIA LTDA-EPP, SULTEC ENGENHARIA E ARQUITETURA, CONSTRUTORA AMÉRICA LTDA, AL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, MARQUISE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO EIRELI para abertura dos envelopes contendo as propostas de Preços. Local: Sala de Licitações, na sede da COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP, situada na Avenida Presidente Vargas, 41, Centro, CEP: 66.033-080, na cidade de Belém, Estado do Pará.

CONCORRÊNCIA N° 9/2016-CDFP

ESPECIE: Modalidade: Concorrência nº 09/2016-CDFP

Objeto: Contratação de Empresa para realizar serviços de troca de cora da Zona primária do Ponto de Vila da Cinde, mediante o regime de MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com as condições e especificações técnicas contidas no Projeto Básico e anexos, partes integrantes e suspenso/a pelo edital independente de transcrição.

A Comissão Permanente de Licitação da CDP/PA, por meio da sua presidente, convoca para o dia 23 de janeiro de 2018, às 10h00,

as empresas habilitadas 4MS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, VIEIRAKI LTD/AME e ENGETELA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELIMA para abertura dos envelopes contendo as propostas de Preços.

INÉS ALVES
Presidente da Comissão

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO N° 10/2017**

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo nº 1314/2016, publicada no D.O.U de 23/04/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de fornecimento dos equipamentos e seus acessórios, instalação técnica, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento de freqüências e estabelecer ponto de atendimento nacional de telefonia móvel (kläpp), quando necessário, e manutenção emergencial pelo período contínuo de 17 (dezessete) meses para uso da guarda portaria das portas e portinhais e nas atividades operacionais das administrações pertencentes administradas pela Companhia Docas do Pará - CDP. Endereço: Rua das Flores nº 1400 e da Liberdade nº 17600. Endereço: As Presidente Vargas Nº 44, Centro Campina - BELEM - PA. Abertura das Propostas a partir de 23/01/2018 às 08h00 no site www.compraregs.gov.br. Abertura das Propostas: 02/02/2018 às 09h30 no site www.compraregs.gov.br.

CLAUDIO RIBEIRO DO NASCIMENTO
Proprietário

(SINDEC - 22/01/2018) 399005-39814-2017NE249400

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.209-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
ENTRADO DE TERMO ADITIVO

Instrumento: Contrato CDP/0 N° 088/2017 - 6º Item do Termo Aditivo ao Contrato CDP/UPUR - 012/2012 - Processo Administrativo nº 20.582/2011. Contratante: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, inscrita no CNPJ nº 42.268.890/0001-28. Contratado: CLARO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47. Objeto: Revenda e a utilização do valor do Contrato CDP/UPUR nº 012/2012. Válido desde Termino Aditivo e de R\$ 887.413,00 (oitocentos e oitenta e sete mil quatrocentos e treze reais). Assinado pela ASS. Tarciso Tomazini CAR. Diretor-Presidente e pelo CLARO S.A. ASS. André Zubcov Gromada Cargo: Representante Legal. ASS. Marcos Vitorino Xavier Cargo: Representante legal. Data da assinatura: 29/12/2017.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
ENTRADO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2017, Partes: Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - CNPJ nº 14.640.345/0001-90 - ARKO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A - CNPJ/MF sob o nº 24.487.058/0001-00. Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para fornecimento de dois módulos de abastecimento de água, compostos de tanque aéreo horizontal e bacia de contenção e ainda de abastecimento para o terminal marítimo de Areia Branca/RN. Objeto do Aditivo: Prorrogação por mais 120 (cento e vinte) dias. Data da assinatura: 28/12/2017. Signatários: EMILSON FERNANDES DANIEL JUNIOR, Diretor Presidente; EMILIANO ROSADO LAMARTE DE FÁRIA, Diretor Técnico e Comercial, pelo Contratante e, GUILHERMO WILURICH, pela Companhia.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2017**

Processo nº 46/2017
A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN torna pública a HOMOLOGAÇÃO do Pregão supracitado, em 27/01/2018, conforme regulado no sistema Licitações do Banco do Brasil, visto eletrônico sobre licenciado com o Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO TERMINAL SALINERO DE AREIA BRANCA-RN, EDIFÍCIO DA GERTAB (GERÊNCIA DO TERMINAL SALINERO), E OS COMPARTIMENTOS ADJACENTES, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA-RN, NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, À Empresa LAIBOP PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ nº 13.512.604/0001-35, vencido o Lote 01 (um), único licitante a proposta mais vantajosa no valor total de R\$ 839.700,00 (oitocentos e trinta e nove mil e setecentos reais).

PREGÃO ELETRÔNICO N° 22/2017

Processo nº 946/2016
A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN torna pública a HOMOLOGAÇÃO do Pregão supracitado, em 27/01/2018, conforme regulado no sistema Licitações do Banco do Brasil, visto eletrônico sobre licenciado com o Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE QUALIFICADA EM FORMAÇÃO TECNICO-PROFISSIONAL, MÉTODICA, DE JOVENS APRENDIZES, EM SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA A COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE, NAS LOCALIDADES DE NATAL E AREIA BRANCA-RN, A ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SOCIAL, PROFISSIONALIZANTE - ESPRO - CNPJ nº 51.493.071/0001-08, vencido o Lote 01 (um), único licitante a proposta mais vantajosa no valor total de R\$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais reais).

ANNA CLAUDIA OLIVEIRA K. TAVARES
Pregoeiro

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 52018 - LAG-39020

Nº Processo: 30611000100/2018-60. Objeto: Contratação emergencial de empresas especializadas na prestação dos serviços de limpeza, higienização e serviços auxiliares na categoria de coqueiro para atendimentos às necessidades da Superintendência Regional do DPTI no Estado de Mato Grosso e suas Unidades Locais em Cáceres, Sorriso e Roncador. Prazo: 06 (seis) dias. Endereço: Rua das Flores nº 0002. Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Situação de emergência decorrente da revisão unilateral do contrato SR/MT 001/2018. Data da Dispensa: 21/01/2018. REGIADE DE ARRUDA SOUZA, Coordenadora de Administração e Finanças, Assinatura: Ratificada em 22/01/2018. ORLANDO PANAMA MATIAS, Superintendente Regional. Valor Global: R\$ 224.519,72. CNPJ: CONTRATADA: 07.192.414/0001-09 - COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA - EIRELI.

(SINDEC - 22/01/2018) 193020-39282-2018NE000000

GERÊNCIA JURÍDICA - GEJURI

Termo de Aditivo n.º 03 ao Contrato n.º 18/2017 - CDP x Leão & Salles - Processo CDP n.º 75/2019

TERMO ADITIVO N.º 03 AO CONTRATO N.º
18/2017, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
CELEBRADO ENTRE **COMPANHIA DOCAS
DO PARÁ (CDP)** E **LEÃO & SALLES
ADVOGADOS ASSOCIADOS**, COMO ABAIXO
MELHOR SE DECLARA:

A COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), empresa pública federal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.933.552/0001-03, com sede nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, à Av. Presidente Vargas, n.º 41, Centro, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por sua Diretora Presidente interina **Maria Helena Moscoso da Silva**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade de n. 4222143 SSP/SP e do CPF n.º 625.715.088-49, por seu Diretor Administrativo-Financeiro **Raimundo Rodrigues do Espírito Santo Júnior**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade n.º 3182093 (3^a via) SSP/PA e do CPF/MF n.º 616.524.742-34, e a Sociedade de Advogados **LEÃO E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, doravante denominada CONTRATADA, com sede na Travessa 14 de março, conjunto 1001, n.º 1155, Umarizal, Belém-PA, CEP 66055-490, firma regulamentada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.049.380/0001-84 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará, sob o n.º 119/1997, representada neste ato por seus sócios **Angela Serra Sales**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da OAB/PA n.º 2469, e **José Rubens Barreiros de Leão**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/PA n.º 5962, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, tendo em vista o Processo CDP n.º 75/2019, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia n.º 18/2017, com fundamento no art.30, inciso II, alínea "e" da Lei Federal nº 13.303/2016, art. 99, inciso XV do Regulamento de Licitações e Contratos da CDP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Vigência – Fica prorrogado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias o prazo de vigência do contrato ora aditado.



CDP
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



0118

GERÊNCIA JURÍDICA – GEJURI

Termo de Aditivo n.º 04 ao Contrato n.º 18/2017 – CDP x Leão & Salles – Processo CDP n.º 1971/2019

TERMO ADITIVO N.º 04 AO CONTRATO N.º 18/2017,
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CELEBRADO ENTRE
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP) E LEÃO &
SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS, COMO ABAIXO
MELHOR SE DECLARA:

A COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), empresa pública federal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.933.552/0001-03, com sede nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, à Av. Presidente Vargas, n.º 41, Centro, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por sua Diretora Presidente em exercício **Maria Helena Moscoso da Silva**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade de n.º 4222143 SSP/SP e do CPF n.º 625.715.088-49, por seu Diretor Administrativo-Financeiro **Mauro Henrique Barreiros dos Santos**, brasileiro, casado, Administrador, portador da Carteira de Identidade n.º 2202625 (2^a via) SSP/PA e do CPF/MF n.º 154.379.572-20, ambos com domicílio profissional no endereço acima mencionado, e a Sociedade de Advogados **LEÃO E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na Travessa 14 de março, conjunto 1001, n.º 1155, Umarizal, Belém-PA, CEP 66055-490, firma regulamentada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.049.380/0001-84 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pará, sob o n.º 119/1997, representada neste ato por seus sócios **Ângela Serra Sales**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da OAB/PA n.º 2469, e **José Rubens Barreiros de Leão**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/PA n.º 5962, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, tendo em vista o Processo CDP n.º 1971/2019, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia n.º 18/2017, com fundamento no art.30, inciso II, alínea “e” e art. 71, *caput*, todos da Lei Federal nº 13.303/2016, art. 99, inciso XV do Regulamento de Licitações e Contratos da CDP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Vigência – Fica prorrogado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias o prazo de vigência do contrato ora aditado.

Av. Presidente Vargas, 41 – Campina - Belém/PA – CEP: 66010-000
Fone: (91) 3182-9000 - www.cdp.com.br

VISTO
GEJURI



COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



GERÊNCIA JURÍDICA – GEJURI

Termo de Aditivo n.º 04 ao Contrato n.º 18/2017 – CDP x Leão & Salles – Processo CDP n.º 1971/2019

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor- Fica mantido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) reais o preço mensal dos serviços, e o valor global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) o preço total do período referido na Cláusula precedente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste termo Aditivo ocorrerão à conta de Recursos Próprios da Contratante, com seguinte classificação orçamentária: Categoria Econômica – 2.200.000.000 – Saídas Correntes; Rubrica Orçamentária – 2.205.000.000 – Serviços de Terceiros ; Conta – 2.205.900.000 – Outros Serviços de Terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – Para sua eficácia, extrato deste termo aditivo deverá ser publicado, pela CDP, no Diário Oficial da União (D.O.U), conforme reza o parágrafo único do art. 61 da Lei de Licitações e Contratos.

E, assim, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas subscritas, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Belém(PA), 05 de julho de 2019.

Maria Helena Moscoso da Silva
CPF n.º 625.715.088-49
Diretora-Presidente em Exercício - CDP

Mauro Henrique Barreiros dos Santos
CPF n.º 154.379.572-20
Diretor Administrativo Financeiro – CDP

ANGELA SERRA SALES
OAB/PA N.º 2469
Sócia - Contratada

JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO
OAB/PA N.º 5962
Sócio - Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - Viviane Elizabell
CPF n.º 449.785.601-22

2 - Ronilene Assunção dos Santos
CPF n.º 352.366.712-72



O D E L C
2012072

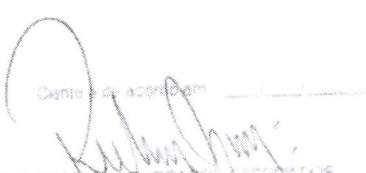
Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Ulianópolis
AV. PARA, 651 - CAM DAS ARVORES - CEP: 68832-000
C.N.P.J.: 83.334.672/0001-60

ORDEM DE SERVIÇO N° 201403189

Aproveitando para apresentar as nossas cordiais saudações

Ulianópolis-PA, 29 de Dezembro de 2014

HELLEN VIANA DA CUNHA SILVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS
CNPJ/MF: 83.334.672/0001-60


Centro de atendimento _____
LEÃO E SALLES ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF: 02.049.380/0001-84

José Rubens Barreiros de Leão
OAB-PA 5962
CPF 121.178.702-87